

Caminhos da Sagrada Destêrro – uma proposta de roteiro interpretativo do patrimônio histórico-cultural do centro histórico de Florianópolis (SC)¹

Caminos de la “Sagrada Destêrro” – una propuesta de recorrido interpretativo del patrimonio historico-cultural del centro historico de Florianopolis (SC)

Routes of the Sagrada Destêrro – a proposal of an interpretative route of the historical and cultural center of Florianópolis (SC)

Luciana Noronha Pereira*
lunope@terra.com.br
Nicole Pelaez**
n.pelaez@gmail.com
Gilberto Jerônimo Pimentel Filho***
gpimentel@univali.br
Vivian Buchholz****
vivianbuchholz@yahoo.com.br
Roselys Izabel Correa Santos*****

Resumo

O trabalho apresenta uma proposta de roteiro interpretativo, abrangendo o Centro Histórico de Florianópolis (SC), e tem como principal objetivo estabelecer relações entre o aproveitamento do patrimônio histórico-cultural da área em estudo e o desenvolvimento da atividade turística na capital catarinense. A metodologia de interpretação do patrimônio histórico, bem como a pesquisa bibliográfica e documental, a visita técnica e as orientações do Guia Brasileiro de Sinalização Turística serviram como base para esta pesquisa e para o estabelecimento de uma proposta de roteiro interpretativo, principal resultado deste estudo. Assim, a primeira parte do estudo discorre a respeito dos conceitos inerentes à elaboração de roteiros turísticos, destacando-se questões referentes ao patrimônio histórico e aos meios de interpretação. Na segunda parte, procurou-se realizar uma contextualização histórico-geográfica da área, apontando questões relacionadas às origens da ocupação de Florianópolis, relacionando-as às alterações na paisagem urbana. Finalmente, a terceira parte, traz como resultados deste estudo o levantamento de recursos turísticos disponíveis e a formatação de um roteiro turístico histórico-cultural, aqui apresentado e denominado *Caminhos da Sagrada Desterro*, incluindo considerações a respeito das etapas necessárias para sua viabilização.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico-Cultural. Roteiro Interpretativo. Centro Histórico de Florianópolis.

Resumen

El trabajo presenta una propuesta de recorrido interpretativo, abarcando el Centro Histórico de Florianópolis (SC), y tiene como principal objetivo, establecer relaciones entre el aprovechamiento del patrimonio histórico-cultural del área en estudio, y el desarrollo de la actividad turística en la capital catarinense. La metodología de interpretación del patrimonio histórico, como así también, la investigación bibliográfica y documental, la visita técnica y las orientaciones

* Mestranda em Turismo e Hotelaria (UNIVALI), Consultora em infra-estrutura turística, Arquiteta e Urbanista (UFPA), Especialista em Design de Móveis (UEPA).

** Professora do curso de Gastronomia (UNIVALI), Mestranda em Turismo e Hotelaria (UNIVALI), Especialista em gestão hoteleira (UNIVALI), Bacharel em Turismo e Hotelaria e em Gastronomia (UNIVALI),

*** Professor do Curso de Bacharelado em Turismo da FAINTVISA (PE), Mestrando em Turismo e Hotelaria (UNIVALI), Turismólogo (UFPE). Administrador (UPE). MBA Executivo em Administração de Marketing de Serviços (UFPE).

**** Professora dos cursos de turismo da FACE (Fundação Municipal Faculdade da Cidade de União da Vitória) e UNC (Universidade do Contestado - Canoinhas), Bacharel em Turismo e Hotelaria (UNIVALI), Especialista em Turismo, Planejamento, Gestão e Marketing (FACE), Especialista em Metodologia da Ação Docente (FACE).

***** (in memoriam) Professora e Pesquisadora do Mestrado em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). Autora de dois Livros: *A Imigração Italiana no Vale do Itajaí-Mirim*, Editora Lunardelli, Florianópolis (1980) e *A Terra Prometida-Emigração Italiana: Mito e Realidade*, Editora da Univali, Itajaí (2 edições; 1998 e 1999). Doutora em História Econômica (USP), Mestre em História Social (UFSC).

Endereço para correspondência: Av. Atlântica, 1850 / Apto. 1302, Balneário Camboriú (SC). CEP: 88.330-012

Telefones: (47) 3264-7701 / (47) 9968-6030

de la Guía Brasileña de Señalización Turística, sirvieron como base para esta investigación y para el establecimiento de una propuesta de recorrido interpretativo, principal resultado de este estudio. De esta manera, la primera parte del estudio, versa sobre dos conceptos inherentes a la elaboración de recorridos turísticos, destacándose cuestiones referentes al patrimonio histórico, y a los medios de interpretación. En la segunda parte, se procuró realizar una contextualización histórico-geográfica del área, apuntando a cuestiones relacionadas a los orígenes de la ocupación de Florianópolis, relacionándolas a las alteraciones en el paisaje urbano. Finalmente, la tercera parte, trajo como resultados de este estudio, el levantamiento de recursos turísticos disponibles y la formación de un recorrido turístico histórico cultural, aquí presentado y denominado “Caminhos da Sagrada Destêrro”, incluyendo consideraciones respecto de las etapas necesarias para su viabilización.

Palabras claves: Patrimonio Histórico Cultural. Recorrido Interpretativo. Centro Histórico de Florianópolis.

Abstract

This work proposes an interpretative route, taking in the Historical Center of Florianópolis (SC), with the main objective of establishing relationships between the use of the historical and cultural heritage of the study area and the development of tourism in this city, which is the capital of the State of Santa Catarina. The methodology used to interpret the historical heritage, as well as the bibliographic and documentary review, technical visit, and guidelines from the Guia Brasileiro de Sinalização Turística (Brazilian Guide to Tourism Signs) served as the basis for this research, and for establishing a proposal for an interpretative route, which is the principal result of this study. Thus, the first part of the study discusses the concepts inherent to the creation of tourism routes, highlighting issues relating to the historical heritage and the means of interpreting it. In the second part, it seeks to carry out a historical and geographical contextualization of the area, indicating issues related to the origins of the occupation of Florianópolis, and linking it to the alterations in the urban landscape. Finally, the third part brings, as the results of this study, an investigation of tourism resources available and the formation of a historical and cultural tourism route, which is presented and denominated *Caminhos da Sagrada Destêrro*, including considerations regarding the stages needed to make it viable.

Key words: Historical and Cultural Heritage. Interpretative Route. Historical Center of Florianópolis.

1 Introdução

O objeto de estudo deste artigo concentra-se nas estratégias e técnicas de interpretação de patrimônios histórico-culturais e de sua aplicação especificamente em uma área do Centro Histórico de Florianópolis.

Como referência para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada como suporte a metodologia desenvolvida por Murta e Goodey sob o título **Interpretação do Patrimônio para Visitantes**: um quadro conceitual (2002). A escolha deste material como base teórica da pesquisa vem ao encontro do objetivo principal deste trabalho, que é estudar como o patrimônio tombado pode ser interpretado pelos visitantes através da utilização de estratégias e recursos que acrescentem valor à experiência do visitante.

O turismo na Ilha de Santa Catarina tem tradicionalmente ocorrido em função de suas praias e atrativos naturais, conforme cita Vaz (1991, p 52):

O turismo na ilha de Santa Catarina foi canalizado para as suas praias, onde se realizou através do consumo massificado da “natureza” e, de certa forma, desprezando o consumo da “cultura” local, como acontece em outros centros turísticos do País.

Em decorrência da imagem - conforme citação de Vaz (1991) – Florianópolis enquanto destinação turística tem sido desenvolvida em função de atributos naturais. Tendo em vista que a imagem tem sido um dos principais fatores para a escolha de determinado destino, incluindo suas características simbólicas, interpretadas a partir de seu *background* (FESENMAIER; MACKAY, 2000), a partir das quais são estabelecidas relações cognitivas e afetivas (BIGNÉ et al., 2001), percebe-se que os elementos naturais têm se sobrepujado sobre os culturais, parecendo menosprezar a potencialidade da “Ilha da Magia”, enquanto produto para outro nicho de mercado específico: o turismo histórico-cultural.

Desta forma, a partir da frágil utilização da diversidade e riqueza da história de Florianópolis concretizada em seu patrimônio material, nos produtos turísticos ofertados, observa-se o quanto é

ignorada sua potencialidade na diversificação e na agregação de valor à atividade na capital catarinense, no que diz respeito a seu pleno desenvolvimento enquanto cidade turística. Desta forma, dentre as justificativas para a realização deste trabalho podem ser apresentados alguns fatores determinantes, como a possibilidade da melhor utilização dos bens já tombados pelo município de Florianópolis ou mesmo pelo Estado, através de sua utilização como atrativo turístico; a busca do desenvolvimento de uma nova modalidade turística, pela proposição ao visitante do turismo histórico-cultural como alternativa; além da valorização dos recursos histórico-culturais, através de processos de educação patrimonial envolvendo a população residente em Florianópolis e outras cidades catarinenses, tendo em vista que:

A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; do outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística. (MURTA; GOODEY, 2002, p. 13).

Assim, através das relações existentes entre turismo e patrimônio - dos estreitos vínculos entre cidade histórica e cidade turística - podem ser propostas novas alternativas para o desenvolvimento turístico em localidades receptoras, neste caso específico, este artigo visa a propor a formatação de novas alternativas de atrativos e roteiros aos visitantes, através do tratamento e valorização do patrimônio histórico-cultural com o uso das estratégias interpretativas apresentadas no referido artigo, na configuração da proposta de roteiro intitulada “Caminhos da Sagrada Desterro”. Este material poderá nortear trabalhos da mesma espécie em outras áreas de concentração de monumentos históricos ou mesmo a outras partes do Centro Histórico de Florianópolis, onde os mesmos elementos propostos podem ser replicados como modelo, assim como as estratégias a serem utilizadas podem incluir outros itens do patrimônio material de Florianópolis, podendo configurar-se em um único roteiro que os reúna.

2 Patrimônio histórico-cultural e sua interpretação

Françoise Choay (2001), em seu livro, aborda a construção e as modificações ocorridas durante diversos momentos históricos no que tange ao surgimento da idéia, do conceito de patrimônio. Discute a noção de monumento a partir de sua primeiridade, momento no qual está associado à lembrança, ao registro de alguma coisa, data, pessoa ou fato marcante para determinado grupo social, frequentemente relacionado a questões afetivas.

A idéia de patrimônio histórico, ainda segundo o mesmo autor, surge antes mesmo do termo em si, tendo sido constituído a partir do momento em que passa a se projetar o estudo e a conservação de dado edifício/objeto em função de seu testemunho histórico e como obra de arte (CHOAY, 2001, p.28).

É em Roma que, por volta de 1420, inicia-se o reconhecimento do monumento histórico tendo em vista o reconhecimento de que as antigas ruínas falam da história e confirmam o passado da “fabulosa Roma”, assinalando que nas origens da idéia de patrimônio inicialmente se dá pelo reconhecimento das realizações de uma “civilização superior” (CHOAY, 2001, p. 18):

[...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.

Assim, apesar da remota existência da idéia relacionada ao termo Patrimônio Histórico, esta

expressão só passa a integrar os dicionários franceses na segunda metade do Século XIX e a primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos dá-se em Atenas, somente no ano de 1931. A análise histórica da construção destes conceitos é muito importante e muito vasta, tendo sido vigorosamente estudada por autores tais como Alois Reigl e Françoise Choay. No entanto, não tem-se a pretensão de explorar este retrospecto nesta ocasião, seja pela própria importância e grandiosidade do tema ou, ainda, pela busca de mantermo-nos em direção aos objetivos traçados para este artigo que inclui a proposição de um roteiro, utilizando algumas das edificações do Centro Histórico de Florianópolis.

2.1 Patrimônio Histórico-Cultural: Noções Conceituais

Neste sentido, torna-se relevante notar a crescente utilização do Patrimônio Histórico-Cultural enquanto produto turístico constituído em diferentes países pelo mundo. O fato de um objeto ou mesmo um conjunto de objetos de dada relevância para a compreensão e o conhecimento de uma sociedade e de um momento histórico, associado ainda ao seu valor artístico, tem motivado viagens de milhares de pessoas em busca de conhecimento e cultura.

Entretanto, para dar tratamento turístico ao patrimônio histórico é primeiramente necessário identificá-lo e para tal é preciso conceituá-lo. Para a legislação brasileira (1937, apud IPHAN), Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Da mesma forma, no Decreto-Lei brasileiro de 1977, o então presidente do Brasil aceita as considerações de 1972 propostas pela Unesco, no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural. Neste documento o patrimônio cultural está definido como:

os monumentos – obras arquitetônicas, de escultura ou pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas, e grupos de elementos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; **os conjuntos** – grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; **outros lugares notáveis** – obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnográfico, ou antropológico

Nos sites do Iphan e da Unesco, também é possível encontrar definições e subdivisões a respeito do patrimônio cultural e suas categorias. Para o IPHAN, o patrimônio cultural pode ser segmentado em (1) Patrimônio Material e (2) Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2007). Já a Unesco, em seu site (UNESCO, 2007), faz referência ao (1) Patrimônio Mundial e ao (2) Patrimônio Imaterial. Em ambos os casos, a definição de Patrimônio Imaterial da Unesco é utilizada, onde patrimônio cultural imaterial inclui:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Já no caso da obra de Lemos (1981), o patrimônio histórico engloba três grandes categorias: (1) uma constituída pelos elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; (2) outra categoria formada por elementos referentes às técnicas, ao conhecimento, ou seja, “ao saber e ao saber fazer”; (3) e finalmente, a composta de elementos culturais que incluem todas as coisas originadas/construídas através da combinação das duas primeiras categorias.

Quando se refere às construções, aos monumentos existentes no Centro Histórico de Florianópolis, trata-se de objetos considerados como “patrimônio material”, segundo IPHAN e a UNESCO, e inseridos na terceira categoria proposta por Lemos (1981).

No entanto, deve-se observar a real abrangência e importância das categorias descritas anteriormente, que incluem toda a sorte de características e particularidades de dado grupo social – seus saberes, técnicas, artefatos, construções, música, língua/fala, entre outros.

Como uma das primeiras noções de patrimônio cultural, propostas no Brasil, que incluía os fazeres e outras manifestações imateriais, assim como a diversidade de grupos de origem desta produção cultural, de maneira que o popular também estava inserido no patrimônio, pode-se citar a definição de Mário de Andrade. Presente no anteprojeto de lei por ele elaborado, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema no ano de 1936 (SPHAN, 1980) e também transcrita na obra de Lemos (1981, p. 38), Mário de Andrade define como Patrimônio Artístico Nacional:

[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes ao poder público, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

Assim, o patrimônio histórico-cultural não se restringe apenas a imóveis, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. O conjunto do patrimônio cultural engloba todos os bens culturais que possuem representatividade para a história e a identidade da sociedade.

2.2 Preservação do Patrimônio, Interesses Sócio-Econômicos e Identidade Local

Oliveira (2004, p.02) discute em sua pesquisa a noção de patrimônio como parte de uma idéia de construção de uma identidade nacional, tendo tido seu início da modernidade, século XVII. A autora refere-se à abrangência conceitual do termo “patrimônio cultural”, associado à própria definição antropológica de cultura, incluindo tudo o que caracteriza determinado grupo humano ou, ainda, “como um conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de cada formação social [...] inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas”.

Diante do exposto, Lemos (1981, p. 25) entende a preservação do patrimônio como a salvaguarda da memória de um povo “pois o escopo seria um fiel retrato de um estágio cultural” e assim preservar as características de um povo em determinado momento histórico implica manter minimamente bens (materiais ou não), bem como sua integridade e seu conjunto para que seja possível, então, “garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural” (Idem, p.29).

Entretanto, Oliveira (2004, p.04) lembra que no estudo das questões relacionadas ao patrimônio cultural e à exclusão de determinados grupos que compõem a diversidade cultural brasileira podem ser obtidos indicadores de processos político-sociais de exclusão. Assim, a autora defende que “o entendimento do patrimônio cultural como lugar passa, necessariamente, pelo exercício da cidadania e pelo reconhecimento da imprescritibilidade dos diferentes conhecimentos tradicionais organizadores de sistemas culturais”.

Ou seja, ao longo do tempo a proteção de determinadas peças de interesse histórico cultural em detrimento de outras tem indiciado uma proteção vinculada fortemente aos grupos sociais dominantes e, assim, segundo os interesses do capital. Observa-se, então, a tendência à manutenção/preservação de bens ligados às elites, em detrimento à cultura popular e aos bens dos grupos sociais discriminados e/ou dominados, favorecendo, assim, a perpetuação da memória social dos grupos detentores do poder.

A classificação e/ou o reconhecimento de uma cidade histórica, inicia-se na atribuição de territorialidade à história segundo o interesse de perpetuação e de criação de símbolos nacionais e lugares de memória, das instituições de poder, de maneira que “o órgão do Patrimônio Nacional não descobre o valor estético e histórico dos bens; pelo contrário, ele institui esses valores” (DELGADO, 2005, p. 115).

Delgado (2005, p. 119) afirma, ainda, que a instituição, que a “construção” de uma cidade histórica passa necessariamente por uma narrativa de memória e identidade nacionais, através de um discurso a partir do qual determinada edificação é considerada monumento histórico, testemunha desta mesma história, a respeito da qual “passam a incorporar a função de suscitar a rememoração do passado”, de maneira que, “essa política preservou os testemunhos do poder de uma elite e com eles se propôs a construção da identidade histórica e cultural da nação brasileira”.

2.3 Patrimônio Histórico-Cultural, sua Utilização Sócio-Econômica e a Atividade Turística

O papel da preservação do patrimônio cultural nacional extrapola, hoje, os limites da história e da memória, uma vez que começa a cumprir um papel econômico e social. Assim, pesquisar sobre a preservação cultural e compreendê-la implica em desvendar não somente as características culturais, mas, sobretudo, em avaliar possibilidades de ampliar o leque de atividades econômicas dos núcleos urbanos possuidores de acervo cultural (SIMÃO, 2001, p. 17).

E é neste âmbito que se insere a atividade turística, como uma das possibilidades de converter a preservação histórico-cultural em mais uma alternativa de desenvolvimento econômico, possibilitando, inclusive, a manutenção deste acervo, que requisita o investimento de valores vultosos em sua manutenção e restauração. Assim, Simão (2001) cita com ênfase o turismo dentre estas atividades econômicas possíveis em áreas onde o patrimônio cultural está ainda bem preservado e propõe uma investigação sobre as reais possibilidades na sua constituição enquanto alternativa econômica viável para estes referidos centros. McDonald (2000) cita em seu artigo a importância da atividade turística, especialmente o segmento interessado em atrativos histórico-culturais, e do incremento econômico, incluindo as receitas tributárias e seus incentivos como fatores que têm contribuído significativamente na preservação do patrimônio histórico-cultural e em sua apropriação social. Além disso, esses esforços acabam por estabelecer parcerias público-privadas na implantação das estruturas de visitação, material interpretativo, entre outros, desonerando o Poder Público (MCDONALD, 2000).

Desta forma, a produção da cidade turística pode se dar posteriormente ou anteriormente à “invenção” da cidade histórica – Florianópolis já constitui-se cidade turística antes mesmo de apresentar-se como cidade histórica. Entretanto, cada vez mais “os objetivos do Patrimônio não são mais explicados apenas em termos da preservação de bens excepcionais que materializam a nação, mas incluem a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda nas cidades históricas” (DELGADO, 2005, p. 126), de forma que, o aproveitamento turístico dos recursos do patrimônio histórico como geradores de renda pode vincular à construção da cidade histórica, a construção da cidade turística.

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais. A história de um povo é ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural. O comprometimento junto ao resgate da memória, das origens, do passado torna-se essencial a revitalização da história e cultura de um grupo inserido num espaço qualquer. Esta busca pelas origens traduz na construção da herança patrimonial.

No entanto, as disputas entre agente e discursos “produzem os conteúdos simbólicos da memória coletiva” (DELGADO, 2005, p. 133), assim como promovem a partir dos monumentos eleitos como testemunhas históricas a construção da “invenção imagética-discursiva da cidade histórica e turística”, tendo-se em foco a reconstrução histórica tal como se quer contar, tal como deve ser, segundo a ordem de poder então estabelecida.

Ainda assim, a defesa e preservação não só do patrimônio histórico, mas também cultural e ambiental é uma tarefa extremamente importante, uma vez que cada sociedade tem sua cultura e seus significados, sendo de suma importância o respeito a essa diversidade de tradições.

De acordo com Carvalho (1999, p.109),

É necessário ver o turismo, nesta particular realização, como aquela atividade em que se processa e intensifica-se a realização de uma essência humana, de uma relação do homem com a humanidade [...]. Dessa forma, reconhecimento da importância do turismo enquanto garantia da sustentabilidade dos centros históricos reflete como componente de estratégica ao desenvolvimento.

O mesmo autor ainda destaca a importância de promover “um ‘tour’ que vai além da contemplação, do consumo visual de um lugar, mas um ‘tour’ que o leva para a ‘leitura crítica’ da paisagem visitada/vivenciada” (1999, p.109). Assim, o turismo pode proporcionar a resignificação desta mesma paisagem, assim como a democratização da cultura local e, conseqüentemente, a inclusão social, fomentados pela educação patrimonial.

Banducci e Barreto (2001, p. 68) afirmam que, a partir do momento que o acervo preservado é divulgado como patrimônio turístico, ele passa a ser incorporado pela sociedade, ao que os autores se referem como “significado de posse coletiva, o que remete a um usufruto simbólico do país”. No entanto, estes autores afirmam que, para os residentes, é visível a sua preservação, mas eles a entendem como uma prática exclusivamente voltada para a sua comercialização turística e não como uma ação de interesse da memória coletiva (BANDUCCI; BARRETO, 2001). Neste sentido, a valorização e a divulgação da história daquela sociedade também podem ser levadas ao alcance de sua população através de um planejamento interpretativo adequado para o patrimônio em questão, incentivando o conhecimento de suas próprias raízes sócio-culturais por programas voltados especificamente para os residentes, fortalecendo os processos de educação patrimonial relacionados ao desenvolvimento da atividade turística.

3 Metodologia: abordagem e procedimentos

A comunicação é o objetivo maior da interpretação e, desta forma, é uma metodologia que pode ser apropriada tanto pelo turismo, agregando valor ao produto e ajudando a criar e consolidar sua imagem quanto pela população local, na valorização e preservação de sua memória e seus valores sócio-culturais. Murta e Goodey (2002, p. 13) afirmam:

Interpretar é um ato de comunicação. Pode-se dizer que interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural. E o que é interpretar o patrimônio? É o processo

de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

Este processo engloba não só os visitantes e suas relações com as comunidades locais, mas, sobretudo, as experiências advindas das próprias relações, estimulando a procura de singularidades, símbolos e significados, num processo único de interpretação.

Desta maneira, “o principal foco da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante [...]” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 14), que aqui é entendido como um observador qualquer, seja ele turista ou residente. As práticas interpretativas devem dar as informações, mas, além disso, também aguçar a curiosidade do seu observador, incitando nele sensações e novas atitudes, revelando os significados e as histórias materializadas em seu patrimônio, em seus monumentos.

Para Alvarez e Godoy (2001), revelar o conteúdo histórico presente nos objetos e palavra do entorno é uma ação de educação patrimonial, onde se dá a resignificação do próprio espaço através deste patrimônio, que Murta e Goodey (2002) incluem em suas práticas interpretativas.

Neste âmbito, o processo de interpretação proposto (MURTA; GOODEY, 2002), possibilita o estabelecimento de uma relação pedagógica entre o patrimônio cultural apresentado no produto turístico e o turista, visitante ou residente.

É importante subrayar a relação entre educação patrimonial e história local. [...] Nesse sentido, a educação patrimonial é uma contribuição ao desenvolvimento coletivo da história local, inspirando-se e contribuindo para resignificar todas as criações culturais constituintes da nossa identidade (ALVAREZ; GODOY, 2001, p. 32).

É através da Educação Patrimonial que, segundo Alvarez e Godoy (2001), torna-se possível agregar valor ao patrimônio cultural, assim como garantir sua democratização real e efetiva “no exercício da cidadania cultural”. Para os referidos autores é através do patrimônio de fundo que se conta a história local, “entendido como um relato histórico de dado grupo”, que cria determinada unidade simbólica compactuada por vários sujeitos, segundo certos parâmetros espaciais e temporais. E é a partir desta unidade simbólica, “evidenciada pelos vestígios materiais e remanescentes orgânicos deixados sobre o território ocupado” que nossa identidade individual e coletiva adquire congruência.

3.1 A Interpretação do Patrimônio e sua Apropriação pelo Turismo como Abordagem Metodológica

Murta e Goodey (2002), em seu artigo, detalham a atividade de planejamento e implantação da interpretação, discutindo e delimitando cada passo do plano interpretativo; definindo como devem ser elaboradas as estratégias interpretativas apontando as diversas possibilidades no que tange os meios e as técnicas de interpretação; citando os critérios desejáveis para uma comunicação interpretativa adequada, além de especificar tipos de atrações locais e formas de fazer uma avaliação das atrações turísticas. Assim, tendo como base teórico-metodológica o estudo dos autores (MURTA; GOODEY, 2002), far-se-á um breve comentário sobre cada passo e suas subdivisões.

- **Plano Interpretativo:** realizado em 3 etapas, inclui um *inventário e registro de recursos, temas e mercado*, buscando identificar o que há potencialmente para ser interpretado, definição de características marcantes do lugar, além do mercado, do público interessado nas referidas atrações. Inclui, também, o *desenho e montagem da interpretação*, onde devem ser definidos os meios e técnicas de interpretação de acordo com o que se quer enfatizar e causar nos visitantes e, por fim, a etapa de *gestão e*

promoção, que inclui as alternativas para a execução, monitoramento e atualização das estratégias propostas anteriormente (MURTA; GOODEY, 2002, p. 20-23).

- **Estratégias Interpretativas:** devem ser elaboradas tomando como referência as características culturais do lugar de forma a valorizar e intensificar a experiência turística, podendo incluir trilhas e roteiros sinalizados; treinamento de guias e condutores; além de publicações como mapas ilustrados e folders (MURTA; GOODEY, 2002, p. 23-24).

- **Meios e Técnicas de Interpretação:** dentre estas se podem citar as interpretações ao vivo, que pressupõem a presença de um guia; textos e publicações, que incluem todo o material gráfico com ilustrações e informações que visem auxiliar no esquema de interpretação e, ainda, interpretações com base no design, que podem ser estáticos ou animados. Neste caso, podem-se citar entre os meios estáticos as placas, painéis, letreiros, objetos fixos e protegidos, modelos e reconstruções, além da apreciação passiva de cenários reconstruídos; já entre os meios animados estão incluídos meios mais reais de representação que, por muitas vezes, inclui cheiros, sons, luzes, imagens e movimento, onde também aparecem os meios de interpretação apresentados (MURTA; GOODEY, 2002).

- **Crítérios da Comunicação Interpretativa:** os autores citam que para uma boa comunicação interpretativa, esta deve ser imbuída de algumas características tais como ser capaz de estimular a participação; de provocar o visitante; deve ter relevância; ligação com o entorno; deve abordar temas; deve apresentar uma seqüência de fluxos; deve conter gráficos que aumentem o interesse pelo material em questão; deve, também, contribuir para a criação de um contexto propício através do realce ao ambiente; a utilização de mensagens bem-humoradas que possuem maior capacidade de fixar a atenção dos visitantes e, ainda, a apresentação das atrações por períodos de tempo (MURTA; GOODEY, 2002).

- **Atrações locais:** dentre estas atrações, os autores citam as trilhas, que também podem ser chamadas de rotas planejadas de curto percurso, que devem ser sinalizadas e acompanhadas por um folder; já os roteiros, constituem percursos mais amplos, podendo incluir vários meios de locomoção; além dos centros de visitantes e de informações turísticas, que são estruturas de apoio à atividade turística, onde os primeiros normalmente estão localizados em áreas de interesse turístico e os segundos têm como função principal oferecer informações gerais sobre trilhas, hospedagem, alimentação, entre outros. As trilhas e roteiros podem ser classificados como temáticos – sobre temas específicos, espaciais – à respeito de determinada área, e gerais – para áreas inteiras, maiores, preferencialmente relacionadas a um mesmo tema. Eles também podem ser guiados ou ainda auto-guiados (MURTA; GOODEY, 2002).

- **Avaliação de atrações turísticas:** nesta seção os autores fazem sugestões de como avaliar estas atrações e a sua apresentação. Dentre os itens a serem avaliados inclui-se promoção e imagem; seqüência da sinalização e acesso ao local; estacionamento; portão de entrada; serviços; linguagem das placas e letreiros; percurso de visitaçao; temas e histórias; informação por etapas; consciência de mercado; atualização; manutenção; experiência focalizada; oportunidade de re-seqüenciar; compras; lanchonetes; valores; novas visitas; boca a boca; localização (MURTA; GOODEY, 2002).

Se uma boa atração é desenvolvida em torno de um conceito construído a partir da interpretação das histórias, lendas e segredos do lugar, um plano interpretativo deve cuidar de responder a duas perguntas essenciais ao desenvolvimento de uma atração natural ou cultural: qual o sentido do lugar e das práticas culturais? Como transmiti-lo aos visitantes? (MURTA; GOODEY, 2002, p. 45)

Assim, a utilização destas ferramentas deve, sobretudo, observar o lugar, suas peculiaridades e atrativos e a forma de torná-los ainda mais notórios e interessantes, transformando a experiência do visitante em algo realmente memorável e emocionante:

3.2 Procedimentos Metodológicos Utilizados

Assim, os procedimentos utilizados para a coleta e o tratamento das informações obtidas, seguiram o roteiro proposto anteriormente (MURTA; GOODEY, 2002) pelos autores, tendo sido realizadas segundo as demandas, levantamentos de campo, levantamentos histórico-bibliográficos, bem como a aplicação das etapas sugeridas para a criação do roteiro.

O plano interpretativo requereu visita de campo para o levantamento dos recursos disponíveis e para a seleção de um tema, além da definição de detalhes com relação às informações a serem disponibilizadas, às formas de apresentá-las conforme as indicações legais. Já as etapas de definição das estratégias interpretativas, de meios e técnicas de interpretação, de critérios de comunicação interpretativa, assim como a definição das atrações locais foram realizadas tendo como subsídio as orientações dos autores e as informações proporcionadas pela execução da primeira etapa.

Dentre as etapas propostas por Murta e Goodey (2002), a única inviabilizada neste estudo é a etapa que compreende a avaliação de atrações turísticas, uma vez que este roteiro constitui proposta de implantação, não existindo possibilidade de realizar de fato esta avaliação. O que, entretanto, não impede a previsão de que esta etapa seja realizada, tão logo o roteiro proposto seja viabilizado, em cada um dos elementos sugeridos pelos autores.

4 Roteiro interpretativo: caminhos da sagrada Destêrro

A definição de uma proposta de roteiro interpretativo presume, conforme frisado anteriormente nas etapas sugeridas pelos autores da metodologia utilizada, inicialmente a realização de uma coleta de dados que inclui a compreensão da área, de sua evolução e importância histórico-cultural de cada um dos espaços pertencentes à proposta de roteiro. Assim, a seguir será feita uma breve descrição da área em questão, bem como a citação de sua relevância e utilização local, procurando situá-la geográfica e temporalmente no contexto da antiga póvoa do Destêrro até a atualidade.

4.1 Sagrada Destêrro: sua descrição e evolução

O histórico da ocupação da Ilha de Santa Catarina iniciou-se na porção oeste da ilha, junto ao seu estreitamento e, assim, “a póvoa do Destêrro teve os seus fundamentos em torno da ermida que, no alto da pequena colina, o fundador construíra” (CABRAL, 1971, p. 11). A praça colonial e a pequena capela concentraram em torno de si as primeiras ocupações, ponto a partir do qual a cidade desenvolveu-se tanto em sua forma de ocupação como também em suas atividades sócio-econômicas e culturais: “A praça colonial litorânea tornou-se o primeiro espaço público claramente definido como abrigo das atividades coletivas da póvoa” (VAZ, 1991, p. 52).

Registros fotográficos da cidade permitem observar cinco diferentes momentos históricos da ocupação de Florianópolis. Destacam-se características marcantes introduzidas pela construção da Catedral, bem como a mudança da escala de seu entorno, alterando esta relação e tornando-a menos perceptível dentro da referida paisagem urbana.

O crescimento e as alterações nos usos urbanos, assim como alterações de características naturais (aterro, por exemplo), interferiram diretamente na alteração dos usos de alguns dos mais importantes lugares de memória da antiga Destêrro, tais como dos fortes, da alteração de usos no

casario no entorno da Praça XV ou mesmo a alteração da relação de proximidade com o mar do mercado público, entre outros.

Ora, além disso, poder-se-ia dizer então que as alterações ocorridas na cidade como consequência de seu crescimento interferiram diretamente no patrimônio edificado e na sua preservação, conforme Lemos (1981), que afirma ser ideal no trato do patrimônio a observância a outros fatores que não apenas o monumento em si, tais como o traçado urbano, a sua legibilidade e harmonia, além de suas referências. Entretanto, o mesmo autor considera o caráter mutável da cidade enquanto patrimônio em si ou mesmo enquanto contexto no qual o primeiro está inserido:

A cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural de qualquer povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação (LEMOS, 1981, p. 47).

No entanto, mesmo levando em conta esta permanente transformação, há que se observar o papel deste patrimônio, inclusive como referências na paisagem urbana enquanto produto turístico. Lynch (1997, p. 53) estuda os marcos como elementos da paisagem urbana que são constituídos por objetos marcantes nesta paisagem, “geralmente usados como indicadores de identidade, ou até de estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que o trajeto vai ficando mais conhecido”.

Somando-se a isso, Murta e Goodey (2002, p.11) também destacam o papel de revelar a identidade:

A interpretação busca destacar lugares de memória, desenhar no espaço uma rede de descobertas, de modo a revelar a identidade do lugar e ajudar o visitante a captar sua alma, sua essência. A boa interpretação marca a qualidade da descoberta, descortina significados e toca as emoções, ao invés de apenas passar informações factuais.

Nas edificações estudadas, incluídas nesta proposta, foi possível também observar alterações significativas, senão em seu corpo, em sua estrutura, em sua relação com o entorno.

A área do Centro Histórico de Florianópolis considerada para este estudo contempla seis espaços, incluindo as edificações da Praça XV de Novembro, Catedral Metropolitana, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, bem como os trechos das ruas Trajano e Felipe Schmidt; que permitem o acesso a tais edificações no roteiro proposto. Os elementos escolhidos nesta área, acima citados, serão objeto de um breve relato de sua implantação, evolução e estrutura atual durante a sessão a seguir.

- **Praça XV de Novembro:** construída de frente para o mar, logo se tornou para a população local “[...] o primeiro espaço público claramente definido como abrigo das atividades coletivas da póvoa” (VAZ, 1991, p. 52). Hoje a Praça XV é o principal ponto de referência de Florianópolis. Concentra a sua volta alguns dos principais prédios históricos de Santa Catarina. Em seu interior abriga um jardim, coreto, bancos para descanso, bancas de jornal, floricultura, monumentos antigos e um dos símbolos mais conhecidos da cidade, a enorme figueira centenária.

A Praça XV de Novembro parece ser o espaço menos alterado, entretanto, sabe-se das alterações paisagísticas e em seu mobiliário, como a inclusão e a retirada de gradis, entre outros. No entanto, este espaço guarda ainda uma forte relação com

seu entorno que mantém boa parte do casario colonial, com sua devida evolução e adaptação aos novos estilos, apesar da inclusão de edificações de maior porte, mudando a vista e as relações de escala no local.

Com relação ao casario remanescente no entorno da Praça XV, à direita da igreja matriz está a edificação que foi a primeira casa de governo, assim com a Provedoria Real, no local onde atualmente está o Palácio das Secretarias, atual Palácio Cruz e Souza. Outras edificações do entorno são a Casa de Câmara e Cadeia que também abrigou a repartição do Ministério da Guerra e, atualmente, a Câmara Municipal; um antigo quartel, que atualmente abriga a sede dos Correios; além das demais edificações do lado esquerdo do Largo da Matriz que eram residências, inicialmente de um único pavimento em estilo colonial que com o tempo foram modificados para sobrados (SOUZA, 1992). O estilo arquitetônico destas edificações inclui sobrados no colonial português datados do século XVIII, assim como outros sobrados do século XIX com elementos da arquitetura eclética (SOUZA, 1992). Dentre os elementos de suas fachadas, pode-se citar: aberturas com padieiras retas, requadros de madeira e sacada superior corrida com guarda-corpo em ferro, aberturas em arco, sacadas isoladas com guarda-corpo em ferro, aberturas com vergas retas e sobrevergas em massa, platibandas, aberturas em arco pleno, requadros e cantaria, entre outros.

- **Catedral Metropolitana:** a história da Catedral começa no ano de 1675, quando o bandeirante Francisco Dias Velho, fundador de Nossa Senhora do Desterro, começa a construir uma capela em homenagem à padroeira. Como de costume na época, escolheu o local mais alto e visível da pequena vila. Em meados do século XVIII, a capela tornou-se pequena para o número de fiéis que assistiam às missas. Isso levou José da Silva Paes, primeiro governador da antiga Capitania, a projetar uma nova Igreja para o mesmo local. Iniciada em 1748, a obra foi concluída 25 anos mais tarde, já no governo de Dom José de Melo Manoel. Um dos principais chamarizes da Catedral é o acervo de arte sacra. Seu interior abriga desde 1902 a escultura “Fuga para o Egito”, do artista tirolês Demetz, que apresenta em dois blocos de cedro a fuga da Sagrada Família em tamanho natural. Também fazem parte do acervo o órgão de tubos alemão, de 1924, o carrilhão principal com cinco sinos, de 1922 (o maior conjunto de sinos da América do Sul) e os vitrais, feitos em São Paulo, em 1949. Hoje a Catedral está fechada para reforma, os visitantes podem apreciá-la somente através de uma grade colocada em seu interior para impedir o acesso.

No caso da Catedral Metropolitana, é notória a perda de importância em termos de visibilidade dentro da paisagem urbana, quando se observa os referidos registros que mostram a evolução da cidade. A forte mudança de escala quase fez sumir a sua imagem que reinava sobre a colina durante o início desta ocupação. Além disso, é notória a inclusão de novos elementos arquitetônicos em seu corpo, tais como seu frontão com a alteração das torres sineiras e a inclusão de pórticos de acesso.

- **Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos:** a primeira construção ligada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Florianópolis, foi a pequena e rústica capela erguida em meados do século XVIII, posteriormente substituída pela atual igreja que teve sua construção iniciada no ano de 1787.

Esta irmandade que historicamente tem suas atividades voltadas para o atendimento dos negros desde os tempos da escravidão, sempre passou por dificuldades econômicas, o que determinou o longo período de sua construção, que foi concluída somente em 1830. Apesar das permanentes inclusões de elementos em seu corpo, a igreja mantém suas características arquitetônicas predominantemente barrocas e neoclássicas. A escadaria

frontal, por exemplo, foi incluída ao complexo somente em 1906. Já as instalações elétricas são datadas de 1912 e a substituição do piso original de madeira pelo ladrilho hidráulico existente ocorreu no ano de 1927.

Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, a alteração mais perceptível é a alteração de escala com as construções de seu entorno e, assim, o seu “desaparecimento” junto a construções de gabarito em proporções bastante diferenciadas, que criam um novo “corredor” de visão no eixo da Rua Trajano.

- **Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência:** o início da construção desta igreja data de 1803. No ano de 1804, chegaram os portais e em 1815 ela foi inaugurada. Somente três anos mais tarde a igreja recebeu os sinos. Com características dos estilos Barroco e Neoclássico, a igreja ainda mantém a sua arquitetura original. Foi tombada pelo município e pelo estado. Observando a existência de um portão lateral, é importante destacar que este dava acesso ao antigo cemitério, que foi transferido para o estreito da ilha e, de acordo com os contos populares, no momento de sua transferência, os operários abriram uma cova e ali encontraram um corpo em perfeito estado de conservação. Tratava-se da Sra. Páscoa Maria de Jesus, que teria sido colocada em uma nova urna e que durante algum tempo foi colocada nesta igreja no dia de comemoração dos mortos. Atualmente, a igreja assiste pessoas carentes que pedem auxílio diretamente e ainda apóia ações de instituições de caridade na região de Florianópolis.

Quanto à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, é perceptível também a alteração da escala das construções de seu entorno, a exemplo das demais edificações observadas, tornando-a menos perceptível dentro da paisagem urbana. Em sua estrutura também ocorreram algumas alterações como a inclusão do gradil frontal, a construção de um avanço frontal que atualmente é uma lojinha e a inclusão de um bloco anexo à esquerda da construção original.

- **Rua Trajano:** aqui é possível perceber a acentuada verticalização das edificações construídas ao longo desta rua. Esta alteração de gabarito diminuiu a visibilidade da porção de céu visível e, assim, da mesma forma, alterou a paisagem perceptível a partir deste ponto, tornando a Igreja de Nossa Senhora do Rosário implantada na porção mais alta desta rua. A partir da observação *in loco* e dos registros de época consultados é perceptível a desvalorização da igreja no contexto da paisagem da cidade, fato esse que é minimizado apenas pela localização estratégica da igreja, bem no eixo da rua em questão, criando um estreito (relação entre a largura da via e a altura das edificações) “corredor” de visibilidade direcionado para a referida igreja.

- **Rua Felipe Schmidt:** pode-se perceber a coexistência de construções de diferentes períodos da história da Ilha de Santa Catarina. Observa-se a alteração no casario, sobretudo, em sua porção inferior, ou seja, nos pavimentos térreos, onde as portadas e suas relações de cheios e vazios foram alteradas. Mas também é visível a busca de sua valorização, preservação e re-significação pela regulamentação dos letreiros e das novas alterações, bem como da retirada da rede aérea de distribuição de energia elétrica.

4.2 Sagrada Desterro: uma proposta de interpretação

Baseando-se no que foi descrito até o momento, percebeu-se um sub-aproveitamento do patrimônio histórico-cultural de Florianópolis, o qual, em geral, não é divulgado ou explorado pelas agências de viagens, guias de turismo e até mesmo pelo próprio poder público municipal. Apesar do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não conferir automaticamente a um bem atratividade turística, em virtude do caráter técnico deste processo,

havendo bens tombados pela especificidade da técnica de construção ou posição do sítio tombado, grande quantidade deste patrimônio constitui-se em potencial atrativo turístico para o Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, apresenta-se neste artigo uma proposta preliminar de roteiro turístico, considerando os seis espaços públicos do Centro Histórico de Florianópolis anteriormente descritos – Praça XV de Novembro, bem como o casario colonial e eclético de seu entorno, Catedral Metropolitana, Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, Rua Trajano, Rua Felipe Schmidt e Igreja de São Francisco – de forma a agregar valor ao produto turístico da localidade. Em virtude do valor histórico e religioso dos espaços identificados, denominou-se a proposta *Caminhos da Sagrada Desterro*, em menção a primeira denominação de Florianópolis.

De acordo com Richards (1996), a utilização do patrimônio histórico-cultural não se sustenta atualmente apenas como um sucesso de crítica ou voltada para um pequeno grupo de técnicos ou de interessados no assunto. É fundamental fazer com que este patrimônio tenha um sucesso “comercial”, seja através de número de visitas ou da renda gerada por este, o que, de maneira geral, demanda a utilização deste bem como atração turística.

Conforme observam Lage e Milone (1991), a busca por novos roteiros turísticos é importante, pois evita que a exploração de um número limitado de destinos leve ao cansaço turístico, ou seja, que a falta de um maior “leque de opções” de atrações turísticas e de roteiros faça com que os turistas acabem se sentindo menos motivados para ver de novo as mesmas atrações repetidas vezes. No caso de Florianópolis, pode-se perceber que os riscos de cansaço turístico são bastante elevados, em virtude de haver uma concentração do fluxo turístico em um único tipo de atrações (as praias), sendo a elaboração de novos roteiros importante para adicionar opções de divertimento, lazer e aprendizado aos turistas.

Os procedimentos adotados para a elaboração do roteiro turístico basearam-se nas estratégias interpretativas sugeridas por Murta e Goodey (2002), sendo elas: identificação do patrimônio; pesquisa bibliográfica (aspectos históricos e culturais); definição do roteiro e meios de interpretação. Buscando uma diversificação da proposta, foram sugeridas duas trilhas temáticas, a primeira sendo auto-guiada e utilizando placas indicativas e folheto informativo. A segunda trilha temática teria como suporte os serviços prestados por um guia de turismo local.

A viabilização da proposta necessita do estabelecimento de diversas parcerias entre os setores público e privado. Para Simão (2001, p. 91),

O estabelecimento de parcerias é fundamental. As estratégias de mobilização coerentes com a prática local aspiram a agregar o maior número possível de organizações e pessoas em torno da idéia de transformar as relações locais. A necessidade da participação de todos os atores sociais é impulsionada a partir da motivação criada pela possibilidade de melhoria da cidade, resultando na vontade interna de real envolvimento no processo.

No que diz respeito à infra-estrutura, identificou-se a Prefeitura de Florianópolis como o ator social responsável, em especial o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF); a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes; a Fundação Cultura de Florianópolis – Franklin Cascaes; o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico Natural do Município (SEPHAN) e o Conselho Técnico deste mesmo órgão. Em relação à capacitação de mão-de-obra, estariam envolvidos o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e as faculdades de turismo. A comercialização e divulgação do roteiro turístico ficariam a cargo do *Convention Visitors Bureau Florianópolis*.

Para cada edificação e espaço público a ser visitado, foram propostas ações interpretativas – proposta de Murta e Goddey (2002) –, considerando aspectos históricos e culturais do atrativo, de

forma a expressar, ainda que parcialmente, a “atmosfera” de épocas passadas. A Praça XV de Novembro, ponto de partida do roteiro turístico, terá como principal atividade a contemplação do casario colonial e eclético do entorno. Para tanto, um guia de turismo local apresentará a área, destacando aspectos arquitetônicos das construções, além de curiosidades da época da colonização. A Catedral Metropolitana, ainda com os serviços do guia de turismo, será palco de explicações a respeito da evolução histórica da Ilha de Santa Catarina.

Seguindo o roteiro, chega-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, onde os visitantes tomarão conhecimento da contribuição do negro na formação de Florianópolis. Na saída do atrativo, já na Rua Trajano, será apresentado um recital de poesias de Cruz e Souza, poeta negro catarinense. Em direção ao próximo atrativo, os visitantes poderão contemplar o casario da Rua Felipe Schimdt ao som de uma viola portuguesa. Na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, os visitantes poderão observar um exemplar da arquitetura barroca e neoclássica; seguindo em direção a Praça XV de Novembro, palco da apresentação da figura folclórica, o Manézinho da Ilha, relatando lendas e mitos da capital catarinense. Todo o percurso foi elaborado utilizando-se dos recursos da sinalização interpretativa, interpretação pessoal e mobiliário urbano, buscando oferecer um produto diferenciado, agregando valor à atividade turística de Florianópolis.

A utilização desses recursos interpretativos toma como referência as noções de associação de atrativos histórico-culturais citadas tanto por Murta e Goodey (2002), como por Formica e Uysal (1998), de maneira que sejam associados monumentos e construções históricas a eventos e atividades culturais. A idéia é que o turismo histórico-cultural seja focado em um “turismo experimental”, proporcionando a imersão do visitante em um ambiente e uma experiência histórica (FORMICA; UYSAL, 1998).

De forma a possibilitar a exploração de todo o potencial turístico da área, devem ser pensadas outras propostas de roteiros turísticos, englobando os demais atrativos históricos e culturais, trabalhando-se de forma integrada, o que acarretaria uma melhoria no nível de competitividade.

5 Considerações finais

É válido salientar o papel que não apenas a instituição pública desempenha junto ao processo de preservação e interpretação no seu uso turístico, promovendo respaldos legais, mas também a comunidade local como instrumento de defesa para a salvaguarda dos bens constituídos do patrimônio. A sensibilização dos atores sociais envolvidos, através da coordenação das entidades ou organismos públicos por meio de práticas eficientes relacionadas à educação patrimonial e aos inventários, torna-se essencial concomitantemente à necessidade de preservação patrimonial.

Considerando que a proteção do patrimônio é, muitas vezes, incompleta, dadas a magnitude das ações; a insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos, além dos históricos processos de exclusão sócio-cultural, é de suma importância refletir sobre a complexidade que envolve todo o processo de resgate e preservação da história, de educação patrimonial, bem como a construção da cidadania: tendo em vista o caráter dinâmico da cultura, como preservar integralmente determinados aspectos de dado grupo? Como preservar usos e funções de construções? Como adequá-las ao uso atual e ao uso turístico sem que para tal se perca a essência do registro histórico? Será que a instituição do patrimônio não estará fortemente relacionada com uma imagem a qual se procura remeter? Uma espécie de “espelho” de poder social, valores e preconceitos?

A crescente busca pelo conhecimento e desenvolvimento humano através do envolvimento em atividades culturais tem incentivado a utilização turística do patrimônio histórico-cultural como alternativa de geração de renda, muitas vezes, incorrendo na visitação excessiva e no uso

inadequado do patrimônio e das áreas de seu entorno. Ou seja, na maioria das vezes, as ações de preservação têm se dado em função do usufruto do turista/visitante, em prejuízo da população local e de suas funções primeiras.

Os desafios da preservação passam pela inclusão e reconhecimento das diversas faces da identidade (segundo a diversidade sócio-cultural brasileira), pela conciliação entre os interesses locais, geração de renda e seu uso turístico, assim como por ações de educação patrimonial, no sentido da resposta a questões como: de que forma o turismo histórico-cultural pode tornar-se um agente fomentador da preservação e difusão do legado histórico do patrimônio?

É nesse sentido que a inclusão de algumas edificações do Centro Histórico de Florianópolis em um produto turístico pretende “devolver” os mesmos espaços à cidade, à sua população, enquanto lugares de memória, num primeiro passo em direção à instituição da cidade histórica. No atual contexto mundial de crescentes interações globais, o resgate e a revitalização de culturas tradicionais e populares podem assegurar a sobrevivência da diversidade cultural dentro de cada comunidade, contribuindo no sentido da busca e aproximação de um mundo sustentável.

Referências

ALVAREZ, R.; GODOY, M. Experiencias Rurales de Educación Patrimonial en la Décima Región: Comunidades Mapuche Huilliche de Huiro, Astilleros y Rauco. **Revista Austral de Ciencias Sociales**. No. 5. Valdivia (Chile), 2001, p 29-38. Disponível em: <http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071817952001000100003&lng=es&nrm=iso>.ISSN 0718-1795> Acesso em: 09 de julho de 2007.

BANDUCCI, A. Jr.; BARRETTO, M. (Orgs). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BIGNÉ, J. E.; SÁNCHEZ, M. I.; SÁNCHEZ, J. Tourism image, evaluation variables and after purchase behaviour: inter-relationship. **Tourism Management**. No. 22. [S.l.]: Elsevier Science Ltda, 2001. p 607-616.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de Novembro de 1937. Disponível em: <www.iphan.gov.br> Acessado em: 15 de Janeiro de 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 80.978**, de 12 de Dezembro de 1977. Disponível em: <www.iphan.gov.br> Acesso em: 15 de Janeiro de 2007.

CABRAL, O. R. **Nossa Senhora do Destêrro**. Florianópolis: UFSC, 1971.

CARVALHO, P. F. de. **Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar**. In: YÁZIGI, E., CARLOS, A. F. A. e CRUZ, R. de C. A. da (orgs.). **Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999. p 100-113.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DELGADO, A. F. GOIÁS: A INVENÇÃO DA CIDADE “PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE”. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005. p. 113-143

FESENMAIER, D. R.; MACKAY, K. J. An exploration of cross-cultural destination image assessment. **Journal of Travel Research**. Vol 38. [S.l.]: Sage Publications, 2000. p 417-423

FORMICA, S.; UYSAL, M. Market segmentation of an international cultural-historical event in Italy. **Journal of Travel Research**, Vol. 36. [S.l.]: Sage Publications, 1998. p 16-24.

IPHAN; EMBRATUR; DENATRAN. **Guia brasileiro de sinalização turística**. Brasília, 2003.

IPHAN. **Patrimônio cultural: patrimônio material e patrimônio imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em: 05 de Janeiro de 2007.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. Campinas: Papirus Editora, 1991.

- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.
- MACDONALD, M. Tourism, heritage buildings, and tax relief. **Journal of Travel Research**. Vol 38. [S.l.]: Sage Publications, 2000. p 282-291.
- MURTA, S. M.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para visitantes**: um quadro conceitual. *In*: Interpretar o patrimônio - um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- OLIVEIRA, A. G. **Salvaguarda do patrimônio cultural**: Bases para a constituição de direitos. Belém: IPHAN, 2004. Disponível em: <www.iphan.gov.br> Acesso em: 15 de Janeiro de 2007.
- RICHARDS, G. **Cultural tourism in Europe**. Wallingford: CAB International 1996.
- SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SOUZA, A. M. **Guia dos bens tombados**, Santa Catarina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
- SPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: Uma Trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980 – ANEXO VI: Anteprojeto elaborado por Mario de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema – 1936. Disponível em: www.iphan.gov.br, Acesso em: 15 de Janeiro de 2007.
- UNESCO. **Patrimônio cultural**: patrimônio mundial e patrimônio imaterial. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/areas/cultura/areastematicas/patrimonio/>> Acesso em: 05 de Janeiro de 2007.
- VAZ, N. P. **O centro histórico de Florianópolis** – espaço público do ritual. Florianópolis: UFSC, 1991.

Nota explicativa

¹ Publicação dedicada à memória da Professora Roselys: por sua força de vida, alegria e dedicação à docência e aos seus alunos e orientandos.